



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Licitações e contratos administrativos

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo	3
4. Critérios de Seleção.....	4
5. Justificativa do Curso.....	4
6. Objetivos do Curso	5
7. Competências e Habilidades do Egresso.....	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	6
Composição do Corpo Docente	8
9. Estágio Não Obrigatório	9
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	10
12. Conteúdo programático	10
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	23

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Licitações e contratos administrativos

Área de Avaliação (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (600000007)

Grande Área (CAPES): Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito Administrativo

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

Bacharéis em Direito, Advogados, servidores públicos e empregados públicos com curso superior, procuradores, membros do Ministério Público e da magistratura.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

Em vista da exigência prevista no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, ressalvadas hipóteses legais específicas, as obras, serviços e alienações da Administração Pública devem se dar mediante processo de licitação pública, em que sejam asseguradas igualdade de condições aos concorrentes e maior aptidão técnica e econômica, em respeito ao princípio da eficiência. Assim, em regra, as operações de aquisição e venda da Administração ocorrem por meio de licitações, no anseio de ensejar, posteriormente, um contrato administrativo.

Para garantir o mandamento constitucional, o legislador editou, ainda em 1993, a Lei 8.666. Recentemente, o procedimento licitatório fora severamente alterado com a edição da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, com efeitos parcialmente imediatos e outros pendentes de lapso temporal de dois anos.

Logo, estudar profundamente a disciplina de licitações e contratos envolve compreender a dinâmica de funcionamento da máquina pública, desde a aquisição de materiais cotidianos necessários para o exercício das suas funções até mesmo a grandes obras.

E, no momento atual, em vista das mudanças pelas quais a legislação está passando, significa manter-se atualizado para os desafios da vida prática.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

- Propiciar ao aluno um conhecimento amplo sobre a sistemática de compras e vendas da Administração Pública.
- Apresentar, detalhadamente, o procedimento licitatório, desde suas bases, até aos aspectos consequenciais do contrato administrativo.

6.2. Objetivos Específicos

- Compreender o direito administrativo na modernidade.
- Debater questões atuais sobre o direito administrativo.
- Elucidar a estrutura da administração pública.
- Desenvolver estudos específicos sobre a regra de licitação pública.
- Compreender a sistemática dos contratos administrativos em suas especificidades.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Aplicar os conhecimentos teóricos desenvolvidos no estudo profundo das licitações e contratos em contornos práticos e cotidianos da Administração Pública, com atenção às exigências e especificidades constitucionais e legais, em prol da eficiência da máquina administrativa.

Habilidades

- Aplicar os conhecimentos teóricos desenvolvidos no cotidiano da Administração Pública.

- Identificar situações-problema que exijam conhecimentos aprofundados na seara das licitações e dos contratos.
- Utilizar os conhecimentos adquiridos para apresentar soluções diante de situações complexas.
- Aplicar a percepção acerca da lógica que direciona o sistema licitatório para impedir a prática de ilícitos.
- Correlacionar as licitações públicas com a legislação fiscal, estreitando as relações entre as temáticas.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os

demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
Temas fundamentais do direito administrativo moderno	0 h	40 h	40 h
Princípios administrativos: questões atuais	0 h	40 h	40 h
Processo administrativo	0 h	40 h	40 h
Estrutura da administração pública	0 h	40 h	40 h
Contratos e parcerias administrativas	0 h	40 h	40 h
Aspectos gerais das Licitações	0 h	40 h	40 h
Procedimento licitatório	0 h	40 h	40 h
Contratos administrativos	0 h	40 h	40 h
Licitações, legislação fiscal e crimes em licitações	0 h	40 h	40 h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Temas fundamentais do direito administrativo moderno.

Ementa: Direito Administrativo. Conceito. História. Características. Tendências. Administração Burocrática vs Administração Gerencial. Estado em Rede. Fontes. Codificação. Sistemas de Controle. Teorias Modernas.

Competências e Habilidades:

- Identificar a posição de relevo do direito administrativo na atualidade.
- Aplicar os conhecimentos acerca da Administração Pública nas atividades cotidianas.
- Compreender as temáticas relevantes do direito administrativo moderno.

Conteúdo Programático 1: Fundamentos do Dir. Administrativo.

Conteúdo Programático 2: Estrutura Normativa do Dir. Administrativo.

Conteúdo Programático 3: Jurisdição, Função administrativa e tendências.

Conteúdo Programático 4: Teorias Fundamentais do Dir. Administrativo.

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discrecionalidade e Controle Jurisdicional**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo Esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual De Direito Administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Disciplina: Princípios administrativos – questões atuais.

Ementa: Direito Administrativo. Regime jurídico-administrativo. Função dos princípios administrativos. Princípio da legalidade. Discricionariedade. Segurança jurídica. Moralidade. Razoabilidade e proporcionalidade. Outros princípios.

Competências e Habilidades:

- Compreender a importância dos princípios administrativos e sua posição constitucional e legal
- Conferir contornos práticos à principiologia administrativa
- Utilizar os princípios administrativos no estudo teórico e prático de todas as temáticas correlatas

Conteúdo Programático 1: A Gênese do Direito Administrativo e Seus Princípios.

Conteúdo Programático 2: Os Princípios Expressos de Direito Administrativo Elencado no Artigo 37 “Caput” da Constituição Federal de 1988.

Conteúdo Programático 3: A Razoabilidade e Proporcionalidade na Administração Pública, a Supremacia do Interesse Público e o Princípio da Continuidade do Serviço Público.

Conteúdo Programático 4: Os Princípios da Autotutela Administrativa, da Participação e Consenso na Administração Pública e da Segurança Jurídica.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

Bibliografia Complementar:

CAMMAROSANO, Marcio. **O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta de. **Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade no Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

VALIM, Rafael. **O Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Disciplina: Processo administrativo.

Ementa: Devido processo legal. Teoria geral do processo administrativo. Processos administrativos em espécie. Licitação: temas relevantes. Pregão e sistema de registro de preços. Concurso público. Processo disciplinar.

Competências e Habilidades:

- Estabelecer as características gerais do processo administrativo e suas especificidades.
- Elucidar, na apreciação casuística, a aplicabilidade das regras gerais do processo administrativo
- Aplicar os conhecimentos aprendidos para aspectos procedimentais diversos.

Conteúdo Programático 1: Processo Administrativo à Luz da Constituição de 1988.

Conteúdo Programático 2: Licitações: Temas Atuais.

Conteúdo Programático 3: Pregão e Sistema de Registro de Preços.

Conteúdo Programático 4: Regime Diferenciado de Contratação Pública – RDC.

Bibliografia Básica:

DALLARI, Adilson de Abreu; Ferraz, Sergio. **Processo Administrativo**. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo administrativo: Lei 9.784/1999 comentada**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

Bibliografia Complementar:

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Processo administrativo disciplinar**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 35.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Disciplina: Estrutura da administração pública.

Ementa: Organização administrativa. Desconcentração e descentralização. Teoria do órgão público. Administração Pública Indireta. Agentes Públicos. Servidores Estatutário.

Competências e Habilidades:

- Compreender, cotidianamente, a estruturação da Administração Pública.
- Diferenciar os entes federativos, os poderes e seus sistemas de composição administrativa
- Identificar a sistemática de relacionamento entre os agentes públicos e a Administração Pública

Conteúdo Programático 1: A Administração Direta e os Órgãos Públicos

Conteúdo Programático 2: A Administração Indireta e as Pessoas Jurídicas.

Conteúdo Programático 3: As Agências Reguladoras e Executivas no Direito Administrativo Brasileiro.

Conteúdo Programático 4: Os Agentes Públicos.

Bibliografia Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 35.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 9.ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

LAZARI, Rafael de; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual de direito administrativo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

Disciplina: Contratos e parcerias administrativas.

Ementa: Avenças e contratos administrativos. Características do contrato administrativo. Modalidades de prestação indireta de serviços públicos: concessão. Modalidades de concessão de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas. Organizações sociais e organizações sociais da sociedade civil de interesse público. Instrumentos modernos de parceria.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver estudos acerca das concessões de serviço público
- Viabilizar a realização das finalidades públicas por meio de parcerias com a iniciativa privada
- Compreender a sistemática de funcionamento dos contratos administrativos em espécie

Conteúdo Programático 1: Aspectos Gerais das Concessões de Serviço Público

Conteúdo Programático 2: Contratos Administrativos em Espécie.

Conteúdo Programático 3: Parcerias Voluntárias.

Conteúdo Programático 4: Parceria Público Privada – PPP.

Bibliografia Básica:

CHAHAIRA, Bruno Valverde. **Terceiro setor, direitos fundamentais e as políticas públicas no Brasil em crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias da Administração Pública**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 35.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CRUZ, Carlos Oliveira; SARMENTO, Joaquim Miranda. **Manual de parcerias público-privadas e concessões**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

LAZARI, Rafael de; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual de direito administrativo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

Disciplina: Aspectos gerais das licitações.

Ementa: Princípios licitatórios. Definições legais. As Leis 8.666/93 e Lei 14.133/2021. Modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo. Aspectos setoriais: compras, obras e serviços de engenharia, serviços em geral, locação de imóveis, licitações internacionais. Licitações nas empresas estatais. Procedimento licitatório simplificado. Licitação no terceiro setor.

Competências e Habilidades:

- Identificar as bases e princípios da licitação pública
- Transferir para a análise do caso concreto os contornos legais licitatórios
- Identificar a modalidade de licitação mais adequada para cada situação cotidiana prática

Conteúdo Programático 1: Princípios e definições na licitação.

Conteúdo Programático 2: As modalidades de licitação.

Conteúdo Programático 3: Aspectos setoriais na licitação.

Conteúdo Programático 4: Licitação das Empresas Estatais e do Terceiro Setor

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). **Licitações e contratos administrativos:** inovações da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e contratações administrativas.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Nova lei de licitações e contratos comparada.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Bibliografia Complementar:

MARINELA, Fernanda; CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de licitações e contratos administrativos**. Salvador: JusPodivm, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia; CÂMARA, Jacintho Arruda. **Licitação e contratos administrativos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Disciplina: Procedimento licitatório.

Ementa: Fase preparatória. Critérios de julgamento. Apresentação de propostas e lances. Julgamento e recursos. Habilitação. Encerramento da licitação. Procedimentos auxiliares. Credenciamento. Pré-qualificação. Manifestação de interesse. Sistema de registro de preços. Registro cadastral.

Competências e Habilidades:

- Compreender a instrução procedimental na licitação pública desde a fase preparatória até a preparação para contratação
- Aplicar o conhecimento teórico sobre o deslinde procedimental
- Compreender e utilizar os instrumentos auxiliares da licitação

Conteúdo Programático 1: Instrução do processo licitatório.

Conteúdo Programático 2: Do julgamento das propostas e recursos.

Conteúdo Programático 3: Instrumentos auxiliares.

Conteúdo Programático 4: Habilitação e extinção da licitação.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). **Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e contratações administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Nova lei de licitações e contratos comparada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Bibliografia Complementar:

MARINELA, Fernanda; CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de licitações e contratos administrativos**. Salvador: JusPodivm, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia; CÂMARA, Jacintho Arruda. **Licitação e contratos administrativos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Disciplina: Contratos administrativos.

Ementa: Dispensa e inexigibilidade de licitação. Hipóteses. Contratação direta. Regime diferenciado de contratação. Formalização dos contratos. Riscos e garantias. Prerrogativas da Administração. Duração contratual. Execução dos contratos. Extinção dos contratos. Pagamento. Nulidade contratual. Solução de controvérsias.

Competências e Habilidades:

- Aplicar, na formalização do contrato, os conhecimentos técnicos e legais
- Elucidar situações de riscos e alteração dos contratos
- Apresentar soluções para as intercorrências contratuais

Conteúdo Programático 1: Dispensa e inexigibilidade de licitação e contratação direta.

Conteúdo Programático 2: Formalização dos contratos e garantias.

Conteúdo Programático 3: Execução e extinção contratual.

Conteúdo Programático 4: Contratos Administrativos e o Regime Diferenciado de Contratação.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). **Licitações e contratos administrativos**: inovações da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e contratações administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Nova lei de licitações e contratos comparada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Bibliografia Complementar:

MARINELA, Fernanda; CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de licitações e contratos administrativos**. Salvador: JusPodivm, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia; CÂMARA, Jacintho Arruda. **Licitação e contratos administrativos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e prática. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Disciplina: Licitações, legislação fiscal e crimes em licitações.

Ementa: Orçamento público. Leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei 4.320/64. Lei de Acesso à Informação. Crimes em licitação.

Competências e Habilidades:

- Intensificar a compreensão sobre o funcionamento do orçamento público
- Correlacionar a importância da licitação para o orçamento público
- Identificar os principais crimes na licitação pública

Conteúdo Programático 1: Orçamento público na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conteúdo Programático 2: As regras e leis orçamentárias brasileiras e a Lei de Acesso à Informação

Conteúdo Programático 3: Principais aspectos da Lei 4.320/64.

Conteúdo Programático 4: Crimes no processo de licitação.

Bibliografia Básica:

ABRAHAM, Marcus. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 16.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2021.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia Complementar:

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Curso de direito financeiro**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 36.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2019. |

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.

- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

